

Diplomata acha superávit falso problema menor

As alterações feitas nos números da balança comercial para reduzir os valores referentes às importações, de forma a garantir um superávit comercial fictício — maior do que na realidade foi para facilitar as negociações com o Clube de Paris, empreendidas pelo ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro — não deverão prejudicar a credibilidade do Governo junto aos credores internacionais.

Essa foi a opinião manifestada, ontem, pelo embaixador Rubens Barbosa, secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, ao ser indagado sobre o assunto. Ele procurou ser o mais econômico possível ao fazer comentários sobre o assunto, alegando que não tinha maiores informações. Ele se ateve a falar sobre as negociações externas que sua equipe, no momento, empreende junto ao Banco Mundial para acertar junto à instituição um empréstimo de 500 milhões de dólares destinados ao setor elétrico.

Hoje, segundo ele, a missão retorna ao País, mas acha que a discussão do empréstimo será bem encaminhada junto à direção do Banco Mundial, que decidirá a liberação ou não do mesmo em julho, em reunião do "board" do banco, conselho de administração.

Sobre a atuação da comissão para a dívida externa, criada há dois meses para negociar a dívida com os credores, o embaixador informou que o presidente da comissão, o ex-chanceler Saraiva Guerreiro, está se encontrando com os membros da mesma e discutindo assuntos pertinentes ao trabalho que desenvolverão.

Na Fazenda, porém, os técnicos não escondem que a idéia de transferir à comissão a responsabilidade de negociação da dívida esvaziou-se consideravelmente, porque, na prática, ela foi criada para reduzir o poder do ex-ministro Dilson Funaro. Funaro estava malvisto pelos banqueiros e o Governo para

contornar o problema criou a comissão.

MORATORIA

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, desmentiu, ontem a informação segundo a qual o Governo decidira estender a moratória da dívida externa aos bancos oficiais, além da já decretada em relação aos bancos particulares, a partir do dia 20 de fevereiro — "não há nada, nada, nada", respondeu, enfaticamente, o ministro.

A informação circulou à tarde no Ministério da Fazenda e gerou um clima de expectativa. Em recente entrevista a um canal de televisão, Bresser Pereira admitiu que o Governo poderia tomar decisão nesse sentido, caso continue a não receber recursos por parte dos bancos oficiais. O Governo estava na expectativa de receber, este ano, 1,19 bilhão de dólares dos bancos oficiais (Clube de Paris), mas refez as contas e deverá receber, somente, cerca de 200 milhões de dólares, se receber.

Apesar dos fatos indicarem a possibilidade de o Governo estender a moratória, porque não está recebendo volume de recursos satisfatório, a decisão sobre o assunto não foi tomada, apenas o Banco Central divulgou nota oficial na qual fixa a homologação de negociação anteriormente realizada com o Clube de Paris para vigorar ao longo de 1987.

EM 30 DIAS

A assessoria para assuntos internacionais está apressando os estudos sobre as propostas que o Governo encaminhará aos credores com quem voltará a negociar, conforme disse o presidente Sarney, em Montevideo, em 30 dias. O embaixador Rubens Barbosa não quis fazer nenhum comentário sobre o assunto, porque esclareceu estar o seu trabalho dependendo do plano econômico que o Governo divulgará nos próximos dias.